

# Álvaro de Campos e três versos triunfais

**Artigo de Ana Bárbara Pedrosa.**

Veio recentemente a público uma polémica sobre um manual de língua portuguesa. É bom, significa que os conteúdos escolares não são recebidos acriticamente.

O manual “Encontros”, de Noémia Jorge, Cecília Aguiar e Miguel Magalhães, da Porto Editora e destinado aos alunos do 11.º ano, tem rasurados três versos na transcrição do poema “Ode Triunfal”, de Álvaro de Campos. São eles: “Ó automóveis apinhados de pândegos e de putas” e “E cujas filhas aos oito anos — e eu acho isto belo e amo-o! — / Masturbam homens de aspecto decente nos vãos de escada”. A polémica só estalou no início de 2019, apesar de esta rasura já estar em vigor há algum tempo.

A Porto Editora, entretanto, já tentou explicar-se e negou a censura. A explicação, contudo, foram pés metidos nas mãos: a editora afirmou que a versão integral do poema está no livro reservado aos professores, que os três versos cortados estão sinalizados na edição do aluno (cabendo aos professores decidir se os revelam) e que a justificação para os cortes é a “linguagem explícita”. Todas estas justificações são problemas. Não anulam o problema, antes o justificam. Portanto, vamos antes ao que significa apresentar um cânone deformado, pôr um poema num manual escolar, assumindo-o como parte fundamental da cultura portuguesa, mas tirando aquilo que não é por alguém considerado de qualquer conveniência.

O que um autor escreve é responsabilidade sua e a literatura ultrapassa a ciência e o jornalismo por uma questão muito simples, que é a da liberdade. O texto literário é totalmente livre, é aliás essa ausência de fronteiras aquilo que o distingue de todos os outros tipos de texto. Ao ser feito, funda e cria as próprias

regras. É-lhe, por isso, permitido o horror, a injustificação, o palavrão, formas de pontuação inventivas, etc., etc. Fernando Pessoa, pela mão de Álvaro de Campos, escreveu esta ode dentro da liberdade que quis ter. Lê-lo e estudá-lo passa por saber exactamente o que levou a cabo através da literatura, não por escolher as partes mornas, não por rasurar o que pode chocar miúdos. Tirar três versos de um poema (repare-se que não é escolher excertos em detrimento de outros, é explicitamente cortar cirurgicamente três versos) é um desrespeito pelo autor. Mas vai além disso: é um desrespeito pelos leitores e pelos alunos. Formar bons leitores - total papel e obrigação da escola - passa por não lhes dar uma versão maquilhada dos escritos, passa por assumi-los como parte integrante, válida, imprescindível, dessa relação dialógica, não como recipientes onde se põem coisas bonitas. Não cabe a autor de manual nenhum tirar as partes que acha que podem macular os cérebros jovens, da mesma forma que não cabia acrescentar um advérbio de negação ao célebre tradutor que se escandalizou com Nietzsche, “Deus está morto!”.

A “linguagem explícita” invocada também é um problema no sentido em que infantiliza os alunos, e no caso alunos a chegar à maioridade. Não haverá nenhum falante em língua portuguesa daquela idade que não conheça palavrões, da mesma forma que não haverá um único que não saiba o que é a pedofilia. Se houvesse, seria obrigação da escola esclarecê-lo. Não passa isto, e será escusado dizê-lo, pela apologia à pedofilia, antes pela convicção de que, enquanto seres do mundo, nos cabe pensá-lo e melhorá-lo. A escola não pode permitir-se ocultar o trágico para não se dar ao trabalho de explicar contextos. É que aqueles alunos sairão da escola, seja no fim do ano lectivo ou da tarde, e fora daqueles muros terão acesso ao mundo inteiro. E aí verão a realidade como ela é, e serão eles a dar-lhes o seu próprio contexto: as ilhas de virgens d’Os Lusíadas a objectificar mulheres, Carlos da Maia a praticar incesto, Hemingway a incentivar o sofrimento animal, Goethe a deixar morrer o Werther, Proust a ingerir o açúcar das suas madalenas, já a puxar para diabético, Carmen a morrer porque alguém lhe levantou o braço, a morte de Bukowski a fumar os seus charutos, dando palco ao tabagismo.

Escolher um poema, com todos os argumentos para essa escolha (fundação de um mito literário, abordagem a um mito histórico, criação de um movimento

literário/estético, seja o que for), implica encará-lo na sua consistência artística, enfrentá-lo com as dificuldades que impuser (por exemplo, a nível de exegese), exigir raciocínio e capacidade de contextualizar ou concatenar por parte dos leitores (e o papel de um professor é ajudar nisto). Menos do que isto é infantilizar leitores, exigir pouco do sistema de ensino e decepar a arte literária.